

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: 'A Guerra do Brasil' vence Prêmio Petrobras	2
Título: Futuro governo deve chegar a 22 ministérios	4
Título: Petroleira BP entra no mercado de energia solar no Brasil.....	5
Título: Repasse a estados trava negociação para megaleilão.....	7
Título: Dólar recua para R\$ 3,84, com nova intervenção do BC	9
Título: Petrobras pretende investir US\$ 85 bilhões nos próximos 5 anos	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: O dinheiro que não existia sumiu	11
Título: Preço de comercialização do diesel permite fim de subsídio, diz associação	13
Título: SALVAÇÃO DA LAVOURA	14
Título: TRF-4 diminui pena, e Palocci vai deixar a prisão após dois anos detido	14
Título: Eleito anuncia 3 ministros e turbina área social	17
Título: Para executivo da BP, RenovaBio melhora ambiente de negócios	19
Título: Usina de Itaipu vai pagar pela construção de ponte em MS	20
Título: Petrobras receberá US\$ 823 milhões pela venda de 37 campos	22
Título: Dividir receita do pré-sal está difícil, diz Guedes	23
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	25
Título: Exemplo a ser seguido	25
Título: Número de pastas na Esplanada pode chegar a 22	26
Título: Eunício tenta plano B para beneficiar Estados	28
Título: Petrobras levanta US\$ 823 milhões com venda de campos de petróleo	29
VEÍCULO: Correio Braziliense	30

Título: Esplanada pode ter 23 ministérios	30
Título: Chesf testa usina solar com painéis flutuantes.....	32
Título: BP começa a investir em energia solar no Brasil	33
VEÍCULO: Valor Econômico.....	35
Título: Conta de luz volta à bandeira verde em dezembro	35
Título: Grupo militar e equipe econômica disputam Minas e Energia	37
Título: Guedes defende 'desindexação total' para zerar déficit, se não tiver reforma	38
Título: Pequenas hidrelétricas questionam custo da geração eólica para o país	39
Título: Petrobras acerta cessão de campos para Perenco e 3R	41
Título: Cemig mantém plano de venda da Light	42
Título: Odebrecht prepara reestruturação de dívida de R\$ 40 bi.....	43
Título: Indiciamento de Rocca, do grupo Techint, derruba ações da Tenaris.....	45
Título: BP aposta em geração solar no país	47

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/11/2018

Seção: O País

Autor:

Título: 'A Guerra do Brasil' vence Prêmio Petrobras

Documentário do GLOBO, com dados de homicídios nos primeiros 15 anos do século 21 e desenvolvido todo em animação, conquista uma das categorias da premiação de jornalismo, uma das principais do país

O documentário “A Guerra do Brasil” conquistou, na noite de terça-feira, o Prêmio Petrobras de Jornalismo, tornando-se um dos trabalhos mais premiados da história do GLOBO. Símbolo da transformação digital pela qual passa o jornal, “A Guerra do Brasil”, todo desenvolvido em animação, usa uma linguagem inovadora para revelar um extenso trabalho de compilação de dados de 15 anos de homicídios no país.

O documentário também utiliza comparações internacionais como referência para demonstrar a gravidade da violência no país. Entre 2001 e 2015, foram mais de 786 mil assassinatos, o que, em números absolutos, significa que o Brasil é o país em que mais se mata no mundo. O número é maior do que o

registrado nas guerras da Síria e do Iraque e em todos os atentados terroristas dos primeiros 15 anos do século XXI.

Narrado pelo ator Lázaro Ramos, o documentário já foi reproduzido em grandes jornais de mais de 20 países e faz carreira em festivais de cinema nacionais e internacionais, como o “Anima Mundi”, feito inédito para um jornal brasileiro. “A Guerra do Brasil” foi premiado na categoria regional Rio - Minas Gerais - Espírito Santo no Prêmio Petrobras, um dos mais importantes do país.

O documentário também venceu o Latam Digital Media Awards 2018, promovido pela Associação Mundial de Jornais (WAN-Ifra); conquistou uma premiação do Grupo de Diários América (GDA); e venceu o prêmio oferecido pela ÑH a trabalhos gráficos de jornais de Portugal, Espanha e América Latina.

‘NOVAS LINGUAGENS’

O documentário, de 14 minutos, teve direção de Alessandro Alvim, também responsável pelas ilustrações e animação ao lado de Ivan Luiz, Leandro Fonseca e Philip Moraes. O roteiro e as reportagens que fizeram parte do projeto foram escritos pelos repórteres Gabriel Cariello e Marco Grillo.

O trabalho teve concepção e direção executiva de Alan Gripp, atual diretor de Redação do GLOBO, e produção executiva de Chico Amaral, editor-executivo do jornal. A trilha e o áudio foram feitos pelo Estúdio Plugin-SP. —O documentário é símbolo da grande transformação pela qual passa O GLOBO e pela nossa obsessão em buscar novas linguagens para o jornalismo profissional, cada vez mais indispensável.

Seu enorme sucesso mostra que estamos no caminho certo —disse Alan Gripp. A categoria principal do Prêmio Petrobras de Jornalismo foi vencida pela reportagem “Um mundo de muros”, do jornal “Folha de S.Paulo”, que, por meio de textos, fotos e vídeos, tratou da questão migratória e as barreiras impostas a populações excluídas no mundo todo.

Já o prêmio de Inovação foi conquistado pela reportagem “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece”, publicada pelo site Buzzfeed. O material apresenta a história de Ricardo Correia da Silva, um artista de rua que trabalhava no Centro de São Paulo e ficou conhecido como Fofão da Augusta por ter injetado silicone sob a pele.

O jornal “Valor Econômico” venceu a categoria Economia, com a reportagem “A crise tem rosto de jovem”. O melhor trabalho de Telejornalismo foi da TV Globo, com a série de reportagens sobre o doleiro Juca Bala. Outros veículos, como o “O Estado de S. Paulo”, “BBC Brasil”, “Agência Sportlight”, “AFP”, “Vice”,

“BandNews FM”, “Diário do Nordeste” e “Metrópoles” também conquistaram prêmios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/11/2018

Seção: O País

Autor: Adriana Mendes, André de Souza, Eduardo Bresciani e Mateus Coutinho

Título: Futuro governo deve chegar a 22 ministérios

Deputado que socorreu Bolsonaro após facada e ex-chefe de gabinete de Helder Barbalho são confirmados na Esplanada

Além de Osmar Terra para a pasta da Cidadania, o presidente eleito Jair Bolsonaro confirmou ontem mais dois ministros de seu futuro governo. O deputado federal reeleito Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG) assumirá o Ministério do Turismo, conforme O GLOBO noticiou na terça-feira.

Já Gustavo Henrique Canuto, atual secretário- executivo do Ministério da Integração Nacional será o titular do Desenvolvimento Regional, pasta a ser criada e que reunirá os atuais ministérios da Integração e das Cidades.

Até agora, o presidente eleito já anunciou 19 ministros. Ainda faltam os nomes de Meio Ambiente e **Minas e energia**. Caso se confirme a tendência da criação de uma pasta para Direitos Humanos e Mulheres, o número total chegará a 22. Álvaro Antônio é o primeiro parlamentar do PSL, partido de Bolsonaro, a virar ministro.

Até então, o outro representante do partido no futuro governo era Gustavo Bebianno, que presidiu a legenda no último ano, é dos mais próximos do presidente eleito e ocupará a secretaria- geral da Presidência.

Desde a vitória de Bolsonaro, parlamentares eleitos pelo PSL vinham reclamando da falta de interlocução com o comando da transição de governo. Apoiador de Bolsonaro, Álvaro Antônio foi o deputado mais votado em Minas Gerais, eleito com mais de 230 mil votos.

QUARTO PARTIDO

Ligado à Igreja Maranata, ele integra a frente religiosa do Congresso. Foi em um encontro com a bancada evangélica, na terça-feira, que Bolsonaro anunciou aos parlamentares a escolha pelo deputado para a pasta de Turismo. Os dois se aproximaram no momento mais marcante da campanha presidencial: Álvaro

Antônio estava ao lado de Bolsonaro na caminhada em Juiz de Fora, no dia 6 de setembro, quando o então presidenciável levou uma facada.

O deputado foi um dos que ajudaram a socorrê-lo logo no primeiro momento. Entre 2012 e 2014, o futuro ministro foi vereador de Belo Horizonte, cidade onde nasceu. Em 2016, concorreu à Prefeitura da cidade pelo PR. Ele também já foi filiado ao PRP e ao MDB.

Os líderes da bancada evangélica afirmaram que sua nomeação foi uma escolha do presidente eleito, e não uma indicação da bancada. Sobre Gustavo Canuto, Bolsonaro afirmou se tratar de uma indicação técnica, destacando, no anúncio de seu nome, que ele é “servidor efetivo do Ministério do Planejamento”. Cedido à Integração Nacional, ele já foi chefe de gabinete do ex-ministro da pasta Helder Barbalho (MDB), governador eleito do Pará.

Helder é filho do senador Jader Barbalho (MDB-PA), há décadas um dos principais líderes políticos do partido. Canuto disse que sua indicação não tem relação com Helder Barbalho, ministro no governo Temer: — De maneira alguma, o ex-ministro Helder não tem nenhum papel nessa indicação, a indicação veio da equipe de transição.

O Ministério do Desenvolvimento Regional vai acumular as funções hoje exercidas pelo das Cidades e pelo da Integração Nacional, de forma que cada um deles será uma secretaria executiva na nova pasta. Canuto, porém, disse que ainda não tratou com o presidente eleito Jair Bolsonaro sobre se o Programa Minha Casa Minha Vida ficará sob sua responsabilidade.

— Ainda não pude falar com o presidente para saber como vai ficar esses programas que tem um lado mais social que de infraestrutura urbana — disse, acrescentando que a nova pasta deverá ter um orçamento de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/11/2018

Seção: Economia

Autor: Leo Branco

Título: Petroleira BP entra no mercado de energia solar no Brasil

Britânica quer explorar segmento de geração própria para empreendimentos

SÃO PAULO- Com os preços das tecnologias de energia solar caindo ano após ano, uma condição climática bastante favorável e uma perspectiva de expansão

da demanda energética de 60% até 2040, o Brasil está atraindo investimentos de grandes empresas globais neste segmento. Ontem, gigante britânica de energia BP anunciou que sua subsidiária Lightsource, dedicada ao financiamento e execução de projetos de energia solar, deve começar a operação no Brasil ainda em 2018.

Este é o primeiro investimento em energia solar da BP no Brasil. A petroleira britânica tem operação em campos de petróleo do pré-sal na Bacia de Santos.

— A exploração da bacia de Santos é hoje um dos lugares mais animadores do mundo para a empresa. A ideia com a Lightsource no Brasil é ter uma combinação de energias renováveis no nosso mix para termos um futuro de baixa pegada de carbono — disse o economista-chefe da BP, o britânico Spencer Dale.

Um dos focos da expansão da Lightsource no Brasil serão os projetos de micro geração distribuída, mercado em que consumidores residenciais ou comerciais de pequeno e médio porte, como shoppings e pequenas indústrias, geram a própria energia que consomem por meio de painéis instalados em suas propriedades.

SETOR VAI RECEBER R\$ 11 BI

A Lightsource é a maior fornecedora de projetos de energia solar da Europa, com carteira que supera 2 gigawatts. Fundada em 2010 como uma start-up baseada em Londres, a empresa teve 43% do capital comprados pela BP em dezembro de 2017. A meta da petroleira é quadruplicar sua geração de energia solar, principalmente com projetos de larga escala em mercados emergentes como Brasil, Índia e Oriente Médio.

O anúncio da BP vem a reboque de uma série de evidências de que este é um mercado em franca expansão no país. De acordo com dados da Absolar, associação que reúne os fabricantes e revendedores de tecnologias para geração de energias renováveis, a geração de eletricidade por meio de painéis solares deve fechar 2018 com 2,5 gigawatts — 115% acima do patamar do ano passado.

Desde 2012, já foram aportados R\$ 9 bilhões na construção de usinas solares de grande porte no país. Por trás desses projetos estão multinacionais como a espanhola EDP, a francesa Engie e a italiana Enel. A petroleira norueguesa Equinor já tem usinas solares no Nordeste. Petrobras e Shell também avaliam projetos no setor. A expectativa da associação é de que mais de R\$ 11 bilhões sejam investidos até 2022 no setor.

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/11/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura E Marcello Corrêa****Título: Repasse a estados trava negociação para megaleilão**

Para Fazenda, medida entraria como despesa sujeita ao teto de gastos, o que exigiria cortes em outros setores. Futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, admite que está difícil chegar a um acordo: "está amarrado"

BRASÍLIA- A forma de repassar para estados e municípios parte da arrecadação de até R\$ 100 bilhões com um megaleilão de petróleo do pré-sal travou as negociações sobre o andamento do projeto de lei que trata do assunto no Congresso.

No entendimento do Ministério da Fazenda, o maior problema é que esse repasse entraria como despesa sujeita ao teto de gastos (regra que busca evitar que o gasto público cresça acima da inflação) e afetaria ainda mais o desempenho das já baqueadas contas públicas. Além disso, seria preciso exigir dos governadores alguma contrapartida de ajuste fiscal em troca de dinheiro.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu a estados e municípios parte da arrecadação com o leilão. Com isso, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), condicionou a votação de um projeto que permite a licitação à edição de uma medida provisória (MP) para destinar 20% da arrecadação para os governos regionais.

Resta saber ainda quanto será destinado à Petrobras como parte da revisão da cessão onerosa (acordo que deu à estatal o direito de explorar cinco bilhões de barris do pré-sal). Segundo o blog do colunista do GLOBO Lauro Jardim, só quando tomar posse a equipe de Guedes saberá o valor. Apenas seis pessoas da Fazenda e da Petrobras estariam a par do montante, mas teriam assinado termo de confidencialidade que os impede de citar a cifra.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, por outro lado, é contra repassar o dinheiro do leilão a estados e municípios. Desde segunda-feira, tem afirmado nos bastidores que a partilha dos recursos entraria como despesa sujeita ao teto. Com isso, o governo precisaria cortar gastos para comportar o repasse para os estados.

A emenda que criou o teto determinou que transferências previstas na Constituição para estados e municípios não estão sujeitas à regra. Porém, a avaliação da equipe econômica é de que o repasse do dinheiro do leilão não é considerado transferência constitucional.

Guedes se reuniu por mais de três horas com o procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício Soller, para entender o tema. Segundo fontes, Soller explicou que, apesar da intenção da futura equipe econômica, o entendimento sobre o teto é difícil de ser superado, porque a emenda constitucional que instituiu a regra já especifica os tipos de despesas livres do limite.

Com a discussão travada, a equipe de Guedes já avalia que é difícil contar com os recursos do leilão. A frustração da receita extraordinária reforçaria a intenção do futuro governo de desvincular receitas do Orçamento, uma medida defendida há muito tempo por Guedes para lidar com o desequilíbrio das contas públicas.

Para tentar chegar a um entendimento sobre o assunto, o presidente Michel Temer se reuniu ontem com os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Guardia, os futuros ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Paulo Guedes, e os senadores Eunício e Romero Jucá (MDB-RR). A reunião durou cerca de cinco horas e terminou sem acordo. Com as negociações travadas, o projeto não tem mais data prevista para ser votado no Senado.

— Está difícil, está amarrado — disse Guedes sobre as negociações, acrescentando: — Existe uma disposição para entendimento. Temos a concepção que todo mundo está com problema, estados, municípios e federação. Então, qualquer coisa que pudesse ser compartilhada seria compartilhada. O problema é que a forma de fazer isso aparentemente não é trivial.

Outra alternativa para repassar dinheiro do petróleo para estados e municípios é um projeto que destina 30% da arrecadação do Fundo Social do pré-sal para os governos regionais. Na terça-feira, a Câmara dos Deputados aprovou um requerimento de urgência para votar no plenário essa proposta, que já passou pelo Senado. Ainda não há previsão de quando o projeto será incluído na pauta de votação.

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/11/2018****Seção: Economia****Autor: Gabriel Martins e João Sorima Neto****Título: Dólar recua para R\$ 3,84, com nova intervenção do BC**

Declaração do presidente do Fed sobre rumo do juro nos EUA influencia moeda

RIO E SÃO PAULO- A nova intervenção do Banco Central (BC) no mercado de câmbio e declarações de Jerome Powell, presidente do Federal Reserve (Fed, o BC

americano), sobre o rumo da política de juros americana garantiram mais um dia de desvalorização do dólar frente ao real. A moeda fechou o pregão negociada a R\$ 3,84, queda de 0,85%.

— A atuação do BC ajudou bastante o câmbio. Se a autoridade monetária não tivesse atuado, (nos últimos dias) o dólar poderia ter chegado a flertar com os R\$ 4 — avaliou Cleber Alessie, operador de câmbio da corretora H. Commcor.

Desde terça-feira, o BC vendeu US\$ 3 bilhões das reservas internacionais com o compromisso de recomprados recursos no início do ano que vem.

NOVO LEILÃO DE US\$ 1,25 BI

Hoje, fará nova intervenção, com oferta de até US\$ 1,25 bilhão. O objetivo do BC ao fazer esses leilões é evitar variações bruscas da cotação do dólar, que vem sendo influenciada por fatores externos, como a disputa comercial entre EUA e China e uma maior aversão ao risco nas bolsas de valores no exterior.

O pronunciamento de Powell sobre a trajetória dos juros nos EUA também contribuiu para mais um dia de queda do dólar no Brasil. O mercado vinha apostando em cinco altas de juros nos EUA até o início de 2020. Mas essa trajetória pode ser revista pelo Fed, principalmente se as previsões de desaceleração econômica global se confirmarem.

— O mercado esperava que Powell fosse mais duro em seu discurso, sinalizando um aumento de juros mais forte nos EUA, o que não aconteceu. Por isso, o dólar voltou a cair frente ao real — afirmou o especialista em câmbio da Frente Corretora, Robert Awerianow.

Na Bolsa, o principal índice acionário teve alta de 1,55%, atingindo 89.250 pontos e volume financeiro de R\$ 16,2 bilhões. Segundo Luiz Roberto Monteiro,

operador da corretora Renascença, a alta só não foi maior por causa da Petrobras. Com o impasse sobre a votação da cessão onerosa

— contrato no qual a União concedeu à Petrobras o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo no pré-sal —, as ações preferenciais da estatal caíram 0,59%, enquanto as ordinárias perderam 1,25%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/11/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Petrobras pretende investir US\$ 85 bilhões nos próximos 5 anos

Estatal vende campos maduros por US\$ 823 milhões, mas não deve atingir meta de arrecadar US\$ 7,5 bi com alienações

A diretoria da Petrobras planeja investir cerca de US\$ 85 bilhões (R\$ 326,4 bilhões) no período entre 2019 e 2023, o maior volume previsto pela companhia desde o Plano de Negócios 2015/2019 (US\$ 98.5 bilhões). Caso seja aprovado, o volume de investimentos para os próximos cinco anos será superior aos US\$ 74.5 bilhões do atual Plano de Negócios (2018/2022).

O foco dos investimentos continua a ser a exploração e produção de petróleo, principalmente nos campos do pré-sal, que têm alta produtividade. Desde 2015, após a descoberta de um grande esquema de corrupção pela Operação Lava-Jato, a estatal vinha cortando investimentos.

O Plano de Negócios 2019/2023 foi apresentado ontem ao Conselho de Administração da Petrobras. Segundo fontes, o futuro presidente da estatal, o economista Roberto Castello Branco, teria solicitado ao colegiado que ainda não aprove o plano, que já passou pelo comitê estratégico da empresa. Castello Branco quer avaliar com mais profundidade o plano, que será executado em sua gestão, embora ele tenha que ser aprovado ainda este ano, de acordo com as normas internas da companhia.

Com a meta mais ambiciosa de investimentos, aumenta a necessidade de a Petrobras se desfazer de ativos para reduzir endividamento e melhorar sua saúde financeira. Ontem, a estatal anunciou que vai arrecadar um total de US\$ 823,1 milhões com a venda de suas participações em 34 campos terrestres no Nordeste e de três antigos campos marítimos na Bacia de Campos, na costa

fluminense. As duas operações fazem parte do plano de venda de ativos que já havia rendido US\$ 5 bilhões, conforme informou o presidente da companhia, Ivan Monteiro, no início deste mês.

REFORÇO NO CAIXA

Os dois negócios anunciados ontem ajudarão a reforçar o caixa da empresa, mas contribuirão pouco para o cumprimento da meta de US\$ 7,5 bilhões em vendas até o fim do ano. Do valor total, apenas US\$ 108 milhões serão recebidos agora. Isso equivale a 7,5% da primeira transação e 20% da segunda na assinatura dos contratos. O restante será quitado no fechamento das operações, com ajustes.

A venda de ativos para reduzir o alto endividamento e focar no desenvolvimento do pré-sal será uma das tarefas que Monteiro deixará para Castello Branco, que vai sucedê-lo em janeiro. A previsão inicial do plano era ainda mais ambicioso: vender US\$ 21 bilhões em ativos entre 2017 e 2018. A meta foi revisada para US\$ 7,5 bilhões com as dificuldades da empresa de se desfazer de alguns negócios.

Medidas judiciais impediram a venda de fatias em refinarias e a TAG, rede de gasodutos no Nordeste, estimada em cerca de US\$ 8 bilhões. A venda da Liquigás, distribuidora de GLP (gás de botijão), para o Grupo Ultra foi suspensa pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

As participações em 34 campos maduros de produção terrestres localizados na Bacia Potiguar (RN), foram vendidas por US\$ 453,1 milhões para a brasileira 3R Petroleum.

No outro negócio, a Petrobras vendeu para a anglo-francesa Perenco suas participações nos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho, o chamado Polo Nordeste, localizados em águas rasas na Bacia de Campos. A Petrobras receberá por eles US\$ 370 milhões. Os três campos antigos marcaram o início da produção da estatal na área, há 40 anos. A produção deles é integrada, de cerca de 9 mil barris diários.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: O dinheiro que não existia sumiu

Estados e até Bolsonaro podem ficar sem recursos de megaleilão de petróleo em 2019

O futuro governo de Jair Bolsonaro pretendia entregar a estados e municípios parte de um dinheiro que talvez arrecade no ano que vem. Esse repasse viria de uma venda de direitos de exploração do petróleo do pré-sal. Nos sonhos de governadores e prefeitos, seriam mais de R\$20 bilhões.

Em troca, economistas de Bolsonaro queriam apoio de governadores à reforma da Previdência e até compromissos de controle de gastos (ilusões). Deu chabu. Esse dinheiro que ainda não existia evaporava na tarde desta quarta-feira (28).

Mesmo se voltar a chover na horta de estados e cidades, não viriam tantos bilhões do petróleo. De resto, essa ajuda encrenca o governo federal. Repasse extra para estados e municípios é despesa, sujeita ao teto de gastos. Se repassa o dinheiro, o governo tem de cortar mais em outra área (reduzir o investimento em obras a quase nada).

No Senado, dizia-se que o governo poderia arrecadar até R\$ 130 bilhões com esse leilão especial de petróleo. Na equipe bolsonarista, a projeção chegava a R\$100 bilhões. Na estimativa mais pessimista do governo de Michel Temer, a R\$ 60 bilhões.

Além das estimativas disparatadas, há mais problema. Parte desse dinheiro seria usada para pagar um acerto de contas do governo com a Petrobras. Quanto? O pessoal do governo Temer não pode revelar o valor. Há chutes em torno de R\$20 bilhões.

Pelo acordo entre Senado e o pessoal de Bolsonaro, estados e cidades ficariam com 20% do dinheiro desse leilão de petróleo. Na pior das hipóteses dos chutes listados acima, o repasse federal ficaria então perto de uns R\$8 bilhões.

Há mais problema.

Em 2010, o governo Lula vendeu à Petrobras o direito de explorar até 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal (isso teve o nome horrendo de "cessão onerosa"). Como não se sabia de fato quanto petróleo haveria ali, entre outras indefinições, esse contrato seria revisto assim que houvesse informação melhor (para piorar, o contrato da "cessão" tinha buracos).

Deve haver pelo menos mais 6 bilhões de barris naquela área do pré-sal, sabe-se agora. O governo pode leiloar o direito de explorar esse petróleo ("excedentes da cessão onerosa"). É dessa venda que se trata aqui.

A Petrobras acha que tem dinheiro a receber nessa revisão de contrato (teria pago caro demais etc.). União e Petrobras não chegaram a um acordo; o pessoal de Temer teme ser legalmente frito se assinar um contrato que leve o governo a pagar o que a Petrobras quer.

Para haver segurança, as bases de um acordo foram enfiadas em um projeto de lei, o qual permitiria á Petrobras vender áreas que levou na "cessão onerosa" (isso faz parte do programa de abatimento de dívida da petroleira).

Esse projeto estava para ser votado no Senado, que quer uma contrapartida, com apoio do pessoal de Bolsonaro: Temer teria de baixar medida provisória dando parte do dinheiro desse leilão de "excedentes da cessão onerosa" a estados e municípios. Não rolou.

A equipe econômica de Temer se opõe ao repasse a estados e municípios, que criaria outro rombo nas contas federais (a não ser que se inventasse uma gambiarra para contornar leis fiscais).

O Senado pode, claro, mudar a lei, mas sua tramitação demoraria. Com o atraso, dadas as exigências do TCU (Tribunal de Contas da União), esse leilão gordo de petróleo pode até ficar para 2020; Bolsonaro ficaria sem dinheiro para tapar lombos em 2019, com estados e cidades ainda pedindo dinheiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Preço de comercialização do diesel permite fim de subsídio, diz associação

Mercado Aberto

Os preços de venda do diesel em todas as regiões do país estão mais baixos do que o valor internacional de referência, o que permitiria antecipar o fim do subsídio, de acordo com dados da Abicom, associação dos importadores.

O decreto do programa implementado após a paralisação dos caminhoneiros prevê que a subvenção termina no dia 31 de dezembro, mas esse prazo pode ser revisto caso as condições permitam. Se o governo adiantasse o fim em um mês, deixaria de gastar R\$ 1,5 bilhão com pagamentos ao consumo do combustível, segundo Sérgio Araújo, presidente da entidade.

A cotação do dólar e a do barril do petróleo, ambos em queda, aproximaram os valores de referência e comercialização, afirma ele. "O benefício poderia acabar agora, os consumidores já pagam um preço que não prescinde de subvenção. Os agentes ligados à venda do diesel estavam na expectativa do encerramento."

Os importadores têm receio de uma possível alta abrupta nos preços das bombas nos primeiros meses de 2019. "Pode ser que no começo do novo governo o dólar e o barril de petróleo não estejam tão baixos, e o programa terá terminado. Seria um início de ano com um aumento grande de preços."

A Fazenda chegou a criar um escalonamento para o fim do benefício a partir de outubro, mas a Casa Civil considerou que era necessário seguir com os subsídios. Membros do ministério conversam com a equipe de transição sobre a continuidade até o fim de dezembro ou um término antecipado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: SALVAÇÃO DA LAVOURA

Painel

Alvo do interesse deste e do próximo governo, o projeto da cessão onerosa está no centro de nova rodada de negociações. O Planalto, que já admite incluir estados e municípios no Fundo Social do pré-sal, tenta acordo em cima da partilha de dinheiro para gastos sociais, como saúde e educação.

Para todo os gostos

Na reunião com Jair Bolsonaro, na terça (27), a bancada evangélica sugeriu um nome para o comando do **Ministério de Minas e energia: Leonardo Quintão (MDB-MG)**.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Poder

Autor: Bruna Narcizo e Felipe Bächtold

Título: TRF-4 diminui pena, e Palocci vai deixar a prisão após dois anos detido

Tribunal aceita validade de acordo de colaboração de ex-ministro de Lula, que ficará em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica

São Paulo- O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4a Região) decidiu nesta quarta-feira (28) autorizar o ex-ministro Antonio Palocci a ir para a prisão domiciliar e reconheceu a validade do acordo de colaboração firmado por ele com a Polícia Federal.

Preso há mais de dois anos no Paraná, Palocci, um dos principais nomes do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e chefe da Casa Civil de Dilma Rousseff, foi condenado na Lava Jato acusado de ser uma espécie de gerente de propinas para o PT.

No ano passado, manifestou intenção de colaborar com a Justiça e fez acusações em depoimento mesmo sem ter firmado acordo de colaboração — disse que Lula havia feito um "pacto de sangue" com a empreiteira Odebrecht.

Nesta quarta, os juízes do TRF-4 decidiram, por 2 votos a 1, reduzir para nove anos e dez dias a pena que havia sido imposta pelo ex-juiz Sérgio Moro na primeira instância pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

No julgamento, os advogados do ex-ministro pediram a redução da punição decidida por Moro, de 12 anos de prisão, citando lei de 2013 que concede diminuição de pena para acusados que colaboram voluntariamente com a Justiça depois da sentença.

Em outubro, o relator, João Pedro Gebran Neto, reconheceu a efetividade da colaboração de Palocci e acatou o pedido da defesa. O juiz Leandro Paulsen, no entanto, pediu vista do processo.

Nesta quarta (28), Paulsen acompanhou o voto de Gebran. E, antes de proferir sua decisão, o outro juiz da turma, Victor Laus, pediu questão de ordem para apurar a veracidade da delação.

O grupo de juízes entendeu que essa discussão deveria ser fechada, sendo restrita apenas a advogados de defesa e ao Ministério Público Federal porque as informações da delação ainda estão sob sigilo.

Mais tarde, ao proferir seu voto, Laus divergiu dos outros dois colegas.

Palocci passou parte de seu período detido na superintendência da PF no Paraná, onde também está o ex-presidente Lula. O ex-ministro não havia saído da prisão até o início da noite desta quarta-feira. Ele terá que usar tornozeleira eletrônica.

Nos trechos já conhecidos de sua delação, o ex-ministro aborda supostas irregularidades na Petrobras e em fundos de pensão nos governos Dilma e Lula.

O principal depoimento já conhecido de seu acordo foi tornado público por Sergio Moro amenos de uma semana do primeiro turno da eleição, o que despertou uma série de críticas de petistas e aliados pela suposta influência na campanha.

Nesse depoimento, Palocci disse que 90% das medidas provisórias editadas por Lula e Dilma incorporaram emendas negociadas em troca de propina das empresas beneficiadas. Também afirmou que as campanhas da ex-presidente em 2010 e 2014 custaram muito mais caro do que os registros indicam — somado o triplo do que foi declarado.

O ex-ministro inicialmente tentou firmar acordo com o Ministério Público Federal, que assinou os acordos de colaboração ao longo da Lava Jato, mas os procuradores consideraram que ele não havia apresentado elementos suficientes para a formalização do compromisso.

A defesa de Palocci então procurou a Polícia Federal, que desde decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) em junho passado passou a ser autorizada a também assinar acordos de colaboração com criminosos confessos.

O acordo do ex-ministro com a PF foi homologado por João Pedro Gebran Neto também em junho.

O compromisso prevê, entre outros assuntos, que o ex-ministro relate ilegalidades envolvendo a sua empresa de consultoria, a Projeto, o suposto cartel de empreiteiras na construção da **usina hidrelétrica de Belo Monte (PA)** e uma suposta violação de sigilo em uma investigação envolvendo Lula na própria Lava Jato.

Nos inquéritos que serão instaurados no Paraná ligados à delação, o compromisso previa a redução em até dois terços da pena, desde que haja colaboração.

À época de sua prisão, os investigadores levantaram a suspeita que o ex-ministro era o "Italiano" mencionado em conversas e em uma planilha de pagamentos da Odebrecht.

Após o depoimento em setembro de 2017 no qual fez acusações em série contra Lula, Palocci pediu desfiliação do PT. Ele é réu em uma ação penal com o ex-presidente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 29/11/2018****Seção: Poder****Autor: Talita Fernandes, José Marques e Ranier Bragon****Título: Eleito anuncia 3 ministros e turbina área social**

Cultura e Esporte irão para pasta comandada por deputado do MDB; Cidades e Integração formarão um só ministério

Brasília- Na reta final da composição de seu governo, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, anunciou três novos auxiliares na quarta-feira (28) e criou um ministério turbinado para a área social, batizado de Cidadania, entregue ao hoje deputado Osmar Terra.

Esta foi a primeira escolha de um nome do MDB para o primeiro escalão do governo Bolsonaro. Na nova geometria da Esplanada, Cultura e Esporte deixaram de ser ministérios.

Até o momento, foram confirmados 19 ministros, e Bolsonaro admitiu a possibilidade de ter até 22 pastas. Isso representa um número quase 50% maior do que o anunciado durante a campanha, de 15.

Terra, que já foi ministro de Desenvolvimento Social no governo Michel Temer, assumirá uma estrutura à qual foi somada a gestão de Esporte e Cultura. Ficará sob sua gestão o programa Bolsa Família.

Inicialmente, Bolsonaro estudava unificar à pasta de Cidadania o Ministério dos Direitos Humanos, que pode agora ser mantido independente. Um dos nomes cotados era o do senador Magno Malta (PR-ES), mas foi alvo de críticas de aliados.

A bancada evangélica também tentou fazer indicações à pasta e apresentou na quarta três nomes de deputados: Marco Feliciano (Podemos-SP), Gilberto Nascimento (PSC-SP) e Ronaldo Nogueira (PTB-RS), este último já foi ministro do Trabalho de Temer.

Apesar de a escolha não ter contemplado as indicações dos evangélicos, o líder da bancada, deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR), diz concordar com a decisão do eleito. "A frente parlamentar não quer aquela velha política do balcão de negócios. Então, para nós, se é bom para o Bolsonaro é bom para nós também", disse.

Ele não acredita que Terra tenha sido nomeado por força do MDB.

Ao fim do dia de reuniões no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), onde funciona o gabinete de transição, Bolsonaro anunciou a escolha do deputado Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG) para o Turismo. Ele é o segundo nome do PSL, partido do presidente eleito, cujos parlamentares já haviam se queixado de falta de prestígio.

O DEM, sigla do futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, é o que tem maior número de representantes, com três nomeações.

Foram três anúncios quase que simultâneos na quarta, quando foi confirmado também o nome de Gustavo Canuto, atual secretário-executivo da Integração, para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Regional.

Ele foi chefe de gabinete do ex-ministro Helder Barbalho (MDB), filho do senador Jader Barbalho e governador eleito do Pará. Apesar da proximidade com o ex-ministro, nega que sua indicação tenha qualquer ligação com Helder.

A pasta de Desenvolvimento Regional já foi cobiçada por partidos como PR, MDB e PRB. É um dos maiores orçamentos da União e responsável pela gestão de projetos de grande relevância do ponto de vista social, como a transposição do Rio São Francisco.

Cidades tem, para o ano que vem, um orçamento de R\$ 9,4 bilhões e, Integração Nacional, R\$ 5,4 bilhões. Canuto não soube dizer se ficará sob sua administração o Minha Casa, Minha Vida.

Ao longo da campanha, Bolsonaro prometeu transferir a gestão para os municípios, via Caixa Econômica, sob a justificativa de que isso colocaria fim a negociações políticas envolvendo o programa.

Os nomes foram anunciados em meio a uma intensa circulação de parlamentares no CCBB, em número superior ao visto ao longo de todo o primeiro mês de funcionamento do governo de transição.

Os escolhidos negaram que tenham sido escolhas partidárias, e sustentaram que foram indicações de bancadas ou técnicas, caso de Canuto.

Apesar da grande quantidade de nomes apresentados no mesmo dia, Bolsonaro deixou para semana que vem a definição do futuro ministro do Meio Ambiente. Na reta final, o nome do ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo Ricardo Salles (Novo) era o mais forte, mas acabou ficando em suspenso.

Ainda estão pendentes de anúncios os **ministérios de Minas e energia**, Trabalho e Meio Ambiente. As pastas de Direitos Humanos e Mulheres ainda não foram definidas se terão status de ministério.

"Isso vai ser decidido [Ministério das Mulheres], houve um apelo por parte da bancada feminina. Grande parte presente aqui. Elas querem, vocês querem, o 22o ministério, das mulheres? Agente aumenta mais um ou não?", perguntou o eleito a repórteres mulheres.

Ao comentar os anúncios desta quarta, Bolsonaro foi questionado sobre reportagem publicada pela Folha em agosto que citava o nome de Canuto. Na ocasião, o economista Mário Ramos Ribeiro pediu demissão do cargo de secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional levantando suspeitas em licitações na pasta.

Segundo ele, Canuto, então chefe de gabinete, e o ministro Pádua Andrade foram "omissos" em relação ao caso.

Ribeiro fez as acusações em carta de demissão revelada pela Folha. "Tanto o ministro quanto o seu chefe de gabinete, Gustavo Canuto, foram omissos. Se a omissão é premeditada ou dolosa, eu não sei. Se existe prevaricação, só uma investigação policial vai dizer", disse em entrevista à Folha publicada em 7 de agosto.

Uma repórter do UOL, empresa do Grupo Folha, perguntou a Bolsonaro nesta quarta-feira (28) sobre a reportagem. "Da Folha de S. Paulo? Outra pergunta, por favor", respondeu o presidente eleito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Para executivo da BP, RenovaBio melhora ambiente de negócios

São Paulo- A nova política brasileira para impulsionar o uso de biocombustíveis, RenovaBio, melhorou o panorama para a produção de etanol e deve atrair novos investimentos em fábricas, disse o chefe-executivo da BP para biocombustíveis, Mario Lindenhayn, nesta quarta-feira (28).

O governo continua progredindo com as legislações complementares para o RenovaBio, que deve entrar em vigor em 2020, disse Lindenhayn,

acrescentando que ele não vê sinais de que o futuro governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, imporia obstáculos.

"Essa é uma sinalização importante que o país está proporcionando, criando, um ambiente regulatório estável que permitirá que as empresas invistam", disse.

O RenovaBio determinará que as distribuidoras de combustíveis aumentem paulatinamente o volume vendido de bio combustível ano após ano.

O programa tem como meta dobrar o uso de etanol até 2030, ante 26 bilhões de litros por ano atualmente. Também visa aumentar a comercialização de outros biocombustíveis, como o biodiesel.

A britânica BP mantém três plantas de etanol e açúcar no Brasil, processando cerca de 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano. No ano passado, criou uma joint venture com a Copersucar, líder global de vendas de etanol, para operar um dos maiores terminais de combustíveis do país em Paulínia, no interior de São Paulo.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Usina de Itaipu vai pagar pela construção de ponte em MS

Obra foi incluída em pacote que prevê outra ponte, no PR; técnicos temem repasse do custo para a conta de luz

São Paulo- Itaipu Binacional, empresa responsável pela gestão de uma das maiores hidrelétricas do mundo, empreendimento compartilhado entre Brasil e Paraguai, deverá pagar pela construção de duas novas pontes para interligar os países vizinhos.

A pressão política por parte de autoridades locais para que Itaipu assuma as empreitadas é grande. Já há decretos que autorizam as obras, afirmam pessoas que acompanham a negociação.

No setor de energia, porém, as pontes estão gerando polêmica. Itaipu é bancada pela chamada tarifa custo —ou seja, todas as suas despesas são repassadas à tarifa de energia. Há temor de que dois projetos de infraestrutura

viária onerem a conta de luz. Questiona-se principalmente o fato de uma das pontes estar a 800 quilômetros da usina.

As obras, orçadas em US\$ 170 milhões (R\$ 659 milhões, na cotação atual), serão pagas ao longo de quatro anos, até 2022, segundo informa a empresa.

Os defensores das pontes argumentam que a tarifa de Itaipu está congelada há anos, em dólar, e a empresa garante que ela não será reajustada, pois cortes em outras áreas vão compensar um eventual aumento de gastos com as obras.

No entanto, especialistas do setor de energia, críticos à proposta, questionam que, se pode haver cortes nas despesas, melhor seria reduzir a tarifa dos consumidores.

Também ressaltam que é preciso ter cautela com a aprovação dos empreendimentos financiados por Itaipu.

Entre as missões atribuídas, à companhia está promover o desenvolvimento na sua área de atuação, que inclui, no lado brasileiro, 54 municípios do Oeste do Paraná.

Projetos com esse fim podem ser incluídos em "despesas com programas socioambientais", segundo os balanços de Itaipu, que definem os gastos como programas de conservação do meio ambiente, saúde pública, geração de renda, educação, proteção, respeito aos direitos humanos e melhorias na infraestrutura —o que incluiria construção de pontes, por exemplo.

Uma delas, projeto mais antigo, até se encaixa na definição. Ela ligaria Foz do Iguaçu à cidade paraguaia de Presidente Franco, vizinha a Ciudad del Este, passando pelo rio Paraná. Seria uma espécie de segunda ponte da Amizade, que hoje está congestionada.

A outra ponte, no entanto, um projeto mais recente, sairia de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, sobre o rio Paraguai. A cidade, localizada a aproximadamente 800 quilômetros da usina de Itaipu, será ligada ao município paraguaio de Carmelo Peralta, no Nordeste do país.

Um especialista do setor questiona por que essa segunda ponte é considerada uma área de influência da hidrelétrica, e diz que a obra abre precedente para que outros empreendimentos sem ligação com Itaipu sejam financiados pela usina.

Técnicos do setor, que falaram sob a condição de não terem os nomes divulgados, afirmam ainda que não há eficiência financeira no uso de recursos de Itaipu Binacional para obras.

A medida, no fim, argumentam, encarece a construção das pontes, porque vincula o pagamento dos empreendimentos à tarifa de energia, sobre a qual incidem impostos e encargos setoriais —que, na prática, passariam a incidir também sobre o custo dos empreendimentos.

Cerca de 40% da conta de luz dos brasileiros são tributos e encargos setoriais.

A empresa, porém, destaca os benefícios da iniciativa. "Com a construção das pontes, a usina de Itaipu investiria em duas importantes obras de infraestrutura, consideradas fundamentais e estruturantes para os países; o que viria a facilitar o comércio e a segurança na região de fronteira", afirmou Itaipu, em nota.

"Vale lembrar que Itaipu tem um compromisso histórico com a região, principalmente, em relação à área alagada", diz a empresa, que também defende que o financiamento das pontes pela usina "iria desonerar o Tesouro, sem qualquer custo adicional para o consumidor de energia".

No Paraguai, esses investimentos feitos por Itaipu têm um peso forte, e a empresa assume um papel semelhante ao de um ministério, segundo uma pessoa familiarizada com a operação da usina.

Os recursos da companhia têm viabilizado não apenas obras, mas também eventos culturais.

Neste ano, por exemplo, Itaipu Binacional vai desembolsar cerca de R\$ 1 milhão para custear festa de final de ano de Foz do Iguaçu. A programação inclui mais de 200 atrações, ao longo de 40 dias.

Um dos pontos altos da agenda é um show do cantor Michel Teló, paranaense da cidade de Medianeira, localizada a menos de 60 quilômetros de Foz do Iguaçu.

A empresa financia a festa natalina da cidade todos os anos desde 2010.

"O investimento nas atrações, além de servir à comunidade, incentiva o desenvolvimento regional e fomenta o turismo, temas que fazem parte da missão e dos objetivos estratégicos da Itaipu", diz a empresa por meio de nota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras receberá US\$ 823 milhões pela venda de 37 campos

São Paulo- A Petrobras irá receber mais de US\$ 820 milhões (R\$3,2 bilhões) pela venda de 37 campos produtores de petróleo nas bacias de Campos e Potiguar, informou a petroleira nesta quarta-feira (28).

A maior parte do montante virá da cessão de 34 campos de produção terrestres na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte, à empresa brasileira 3R Petroleum, por US\$ 453,1 milhões (R\$ 1,8 bilhão).

Esse negócio foi autorizado na véspera pelo conselho de administração da companhia, e a assinatura do contrato está prevista para 7 de dezembro, quando deverão ser pagos 7,5% do valor total, ou US\$ 34 milhões (R\$ 13 milhões) —o restante será acertado no fechamento da operação, já com os ajustes devidos.

Os campos foram reunidos no Polo Riacho da Forquilha, cuja produção atual é de cerca de 6 mil barris de petróleo por dia.

A outra transação anunciada pela estatal, de US\$ 370 milhões (R\$ 1,4 bilhão), envolve a venda dos campos Pargo, Carapeba e Vermelho, o chamado Polo Nordeste, na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

A compradora será a empresa de origem europeia Perenco. O contrato foi assinado nesta quarta-feira, com 20% do valor total, ou US\$ 74 milhões (R\$ 286 milhões), já pagos. O restante será pago na conclusão. A produção é de 9 mil barris por dia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Laís Alegretti, Bernardo Caram e Gustavo Uribe

Título: Dividir receita do pré-sal está difícil, diz Guedes

Futuro ministro debateu partilha de recursos com estados em reunião no Planalto com Guardia e presidente do Senado

Brasília- O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (28) que a solução para um acordo em relação à repartição de recursos do petróleo está difícil.

Guedes disse que a forma de fazer a repartição dos recursos ameaça o teto de gastos e que haverá mais uma semana para estudar as soluções.

"Temos a concepção de que todo mundo está com problemas: estados, municípios. Evidentemente, qualquer coisa que pudesse ser compartilhada, seria compartilhada", disse Guedes.

"O problema é que a forma de fazer isso aparentemente não é trivial. A equipe atual está dizendo que você não consegue fazer isso sem atingir o teto de gastos do ano que vem. Aparentemente, eles vão tentar achar uma forma de fazer isso", afirmou.

Tramitano Senado projeto que viabiliza um megaleilão do pré-sal que pode render R\$ 100 bilhões, segundo estimativa do governo. O texto da chamada cessão onerosa permite que outras empresas possam operar em blocos hoje controlados pela Petrobras.

A previsão era votar o texto da cessão onerosa nesta terça-feira (27), mas, diante do impasse, a votação foi adiada.

Guedes se reuniu com representantes do atual governo e do Congresso na tarde desta quarta-feira (28) e voltou ao CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), onde funciona o gabinete de transição, no carro do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE).

Para tentar chegar a um acordo sobre o tema, o presidente Michel Temer organizou uma reunião no Palácio do Planalto nesta quarta. Além de Guedes e Eunício, participaram do encontro o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Durante a reunião, Guardia argumentou que não há margem para a medida, que pode furar o teto de gastos, enquanto Eunício insistiu na sua viabilidade da proposta.

O Ministério da Fazenda é contra a divisão das receitas do megaleilão.

Além de significar uma perda de recursos para a União em um momento de aperto fiscal, a transferência aos estados comprimiria ainda mais as despesas do governo federal, que são limitadas pela regra do teto de gastos.

No fim, ficou acordado que a Fazenda fará novos estudos e uma nova reunião deve ser convocada na semana que vem, após a volta de Temer de reunião do G-20, na Argentina.

Ao voltar da reunião, que se alongou por toda a tarde e terminou sem acordo, Guardia entrou pela garagem do ministério e informou que não comentaria o assunto.

Na terça-feira (27), Eunício já havia se reunido como presidente Temer e pedido a edição de uma medida provisória para viabilizar a divisão dos recursos com estados.

No encontro, o presidente disse que editaria a medida caso ela tivesse a aprovação da equipe econômica.

Para tentar pressionar Guardia, Eunício buscou o apoio de Guedes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Exemplo a ser seguido

O relatório de 2017 das atividades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) dá a dimensão exata da revolução que pode ocorrer quando as decisões governamentais em matéria de ensino e pesquisa são pensadas não em termos ideológicos ou eleitorais, mas em nome do interesse público. Divulgado pela revista Pesquisa, o relatório informa que a agência investiu R\$ 1,05 bilhão em 26 mil projetos de pesquisa científica e tecnológica no ano passado. Apesar de esse total ter ficado abaixo do que foi investido em 2016, a Fapesp conseguiu em 2017, sem comprometer o apoio às atividades tradicionais, como financiamento de bolsas de estudo, aumentar o apoio às novas propostas apresentadas pela comunidade científica.

Uma delas é a Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (Pipe), que foi criada para ampliar o grau de inovação das pequenas empresas, com a colaboração das universidades. Criado há 20 anos, o programa teve, em 2017, o maior número de auxílios de sua história. Foram 269 projetos, cerca de 18% a mais do que em 2016. Em suas duas décadas de existência, ele apoiou projetos em 1.244 pequenas empresas sediadas em 132 cidades paulistas, formando empreendedores capazes de criar negócios sustentáveis e competitivos.

*Outra iniciativa, também baseada em parcerias entre universidades e empresas, foi a aprovação de dois Centros de Pesquisa em Engenharia, um envolvendo a Unicamp e a Embrapa, no campo de mudanças climáticas, e o outro envolvendo a USP, a Unicamp, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares e a Shell, no desenvolvimento de **fontes renováveis de energia**. Ao todo, a agência financia sete centros, que buscam inovações em áreas que vão de estudos sobre alvos*

moleculares contra doenças respiratórias a engenharia de manufatura avançada. Cada R\$ 1 investido pela Fapesp envolve R\$ 1 da empresa financiada e R\$ 2 das universidades em que os centros estão localizados.

O relatório apresenta um balanço do sistema de ciência e tecnologia do Estado, integrado por 15 mil empresas inovadoras, 6 universidades públicas, 65 faculdades de tecnologia, 34 institutos públicos de pesquisa e 21 institutos privados. Esse sistema, para cujo desenvolvimento o papel da agência foi fundamental, responde por 30% das patentes depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Nas atividades classificadas como regulares, a Fapesp investiu R\$ 429 milhões em 14 mil bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Desse total, 76% foram destinados a bolsas no País e 24%, a bolsas no exterior. Com o objetivo de estimular a internacionalização das atividades de inovação e pesquisa, a Fapesp também concedeu 904 bolsas de estágio em pesquisa no exterior. Desse total, 480 bolsas financiaram estágios na Europa e 357, nos Estados. Por área do conhecimento, a Fapesp priorizou as ciências da vida, as ciências exatas e engenharia, que receberam 77% dos desembolsos.

Criada em 1960 para financiar a pós-graduação, apoiar o avanço do conhecimento e dar suporte à infraestrutura de pesquisa, a Fapesp recebe 1% da receita tributária do Estado, por determinação da Constituição estadual de 1989, e também pode fazer acordos e convênios com agências e empresas. Mantém, ainda, recursos patrimoniais investidos, cujo retorno financia parte de suas atividades. Por sempre ter privilegiado o princípio do mérito e fechado as portas a pressões políticas e ideológicas, a Fapesp cumpre de modo exemplar o papel para o qual foi criada, o que a tornou uma instituição respeitada mundialmente.

Nesse momento em que o País precisa de educação de qualidade, tecnologia de ponta e capital humano para a passagem a níveis mais sofisticados de produção, os valores institucionais da Fapesp devem servir de exemplo para o governo que assumirá os destinos do Brasil dentro de um mês. O que o País precisa, na área do ensino e tecnologia, é de uma gestão técnica e eficiente, como a que impera na Fapesp, e não de diretrizes morais ou religiosas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Número de pastas na Esplanada pode chegar a 22

Apesar de prometer reduzir à metade o atual quadro de 29 ministérios, presidente eleito admite manter outras estruturas com esse status

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, indicou ontem que pode começar o governo com mais de 20 ministérios. Inicialmente, a expectativa da equipe do presidente eleito era ter no máximo 15 pastas. A redução do número pela metade foi uma de suas promessas de campanha – atualmente são 29.

Ontem, durante entrevista, Bolsonaro cometeu ato falho e antecipou o novo número ao ser questionado se haverá um ministério das mulheres. “Existe um pedido da bancada feminina, elas estão aqui. Vocês (mulheres) querem o vigésimo segundo ministério, das mulheres? A gente aumenta mais um?”, questionou, se dirigindo aos jornalistas.

Até anteontem, o presidente eleito dizia que o número total de ministérios não passaria de 20. Bolsonaro disse que ainda não há definição sobre uma eventual pasta dedicada às mulheres. O coordenador da transição e futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, interrompeu e disse que o ministério, na verdade, seria dos Direitos Humanos.

“Um Direitos Humanos de verdade, não o que está aí que não tem qualquer eco junto à sociedade brasileira”, afirmou Bolsonaro. Onyx também ponderou que o número total de ministérios pode diminuir caso seja aprovada a autonomia do Banco Central. Disse também que o status de ministério dado à Advocacia-Geral da União (AGU) poderá ser reavaliado no futuro. Embora diga que não há definição, na terça-feira Bolsonaro afirmou que criaria um ministério voltado para a defesa das minorias.

“Vai ter um ministério que vai envolver tudo isso aí: mulher, igualdade racial”, disse. Bolsonaro estuda o desenho dos ministérios e deve manter conversas para formalizar as indicações até a próxima semana. Ainda falta definir o comando do Meio Ambiente, **Minas e energia** e possivelmente Direitos Humanos. Também é estudada a possibilidade de manter ou não o Trabalho com status de ministério.

JULIA LINDNER, TÂNIA MONTEIRO e GUSTAVO PORTO e LUISA MARINI,
ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/11/2018****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes Renan Truffi Gustavo Porto / BRASÍLIA****Título: Eunício tenta plano B para beneficiar Estados**

Presidente do Senado articula mudanças no projeto que viabiliza megaleilão de pré-sal para dividir recursos com governadores e prefeitos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), acionou um plano B para dividir com Estados e municípios a arrecadação de até R\$ 100 bilhões do megaleilão do pré-sal, que ainda precisa ser destravado no Congresso para ocorrer no ano que vem. O plano B é uma tentativa de driblar a resistência da equipe econômica de Michel Temer ao repasse para prefeitos e governadores.

Eunício articulou com o senador Wellington Fagundes (PRMT) a apresentação de três emendas ao projeto que viabiliza o leilão. A principal, que tem mais chances de ser aprovada, divide os recursos do bônus de assinatura do leilão em 75% para a União, 15% para Estados e outros 15% para municípios. Essa emenda tem apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CMN).

A votação do projeto, prevista para ontem, acabou sendo cancelada depois que o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, avisou ao Palácio do Planalto que não assinaria "de jeito nenhum" a Medida Provisória (MP) que estava sendo negociada pelo presidente do Senado e o líder do governo, senador Romero Jucá (MDB-RR) para partilhar 20% da arrecadação entre Estados e municípios.

A informação foi antecipada pelo Broadcast/Estadão. A expectativa agora é que o projeto seja votado na próxima terça-feira. Se for aprovada alguma emenda, o texto precisa voltar para a Câmara. Sem esse novo acerto dos parâmetros do contrato, não é possível fazer o leilão da concessão de exploração do óleo excedente que existe na área da cessão onerosa.

O contrato original, assinado em 2010 entre o governo e a Petrobrás, permitiu a exploração de até 5 bilhões de barris de óleo equivalente na área do pré-sal, mas a região tem um volume superior. Jucá chegou a anunciar em entrevista na terça-feira, no Congresso, o fechamento de um acordo, mas nenhuma costura havia sido feita com a equipe econômica.

O ministro Guardia já havia alertado para a dificuldade em fechar o acordo por conta da impossibilidade de fazer o repasse dos recursos sem afetar o

Orçamento de 2019. Isso porque a transferência de recurso teria de ser contabilizada como despesa orçamentária. Impasse. Pela negociação que estava sendo conduzida por Jucá e Eunício no Congresso à revelia da área econômica, a edição da MP era necessária para garantir a votação do projeto no Senado.

Diante da resistência de Guardia, o Palácio do Planalto foi obrigado a marcar uma reunião para discutir o problema antes do horário marcado da votação. A reunião teve a participação de Paulo Guedes, futuro ministro da Economia no governo Jair Bolsonaro. Uma fonte que participou da reunião informou ao Estadão/ Broadcast que o impasse continua.

A análise jurídica é de que não é possível fazer o repasse sem afetar o teto, a regra que proíbe que os gastos cresçam acima da inflação. A despesa só poderia ficar fora do teto com uma mudança na emenda constitucional que criou o teto de gasto. Na reunião, segundo a fonte, Guedes entendeu a dificuldade de repartir o dinheiro via MP e deixou claro que não vai fazer nada para prejudicar o teto de gastos.

Na saída, reconheceu o impasse. "Está difícil. A forma de fazer aparentemente ameaça teto de gastos. Tem uma série de consequências que não são simples para o próximo governo", afirmou Guedes. "Parece que vão passar uma semana discutindo isso."

Segundo ele, há uma disposição para a votação do projeto, "porque temos a concepção de que todo mundo está com problema, Estados, municípios, federação e, evidentemente, qualquer coisa que pudesse ser compartilhada, seria compartilhada".

No entanto, a forma de distribuição da receita "aparentemente não é trivial", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/11/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás levanta US\$ 823 milhões com venda de campos de petróleo

A Petrobrás conseguiu neste fim de ano avançar mais um pouco no seu programa de desinvestimento. A empresa anunciou ontem ter levantado mais US\$ 823,1 milhões com a conclusão de duas negociações. A 3R Petroleum vai pagar US\$ 453,1 milhões por 34 campos de produção terrestre na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte.

E a Perenco, mais US\$ 370 milhões por três áreas da Bacia de Campos – Pargo, Carapeba e Vermelho, em águas rasas do litoral fluminense. Com esses projetos, a empresa espera somar US\$ 7,5 bilhões de desinvestimento no caixa no biênio 2017-2018. De janeiro a setembro deste ano, entraram US\$ 5 bilhões.

A venda de campos terrestres e em águas rasas faz parte da estratégia da Petrobrás de abandonar projetos que considera incompatíveis para o seu porte de atuação. A ideia é dar prioridade ao investimento no pré-sal. Ao todo, a empresa planejava arrecadar US\$ 21 bilhões no biênio 2017 e 2018, com seu programa de desinvestimento.

Mas o presidente da companhia, Ivan Monteiro, já admitiu que não será possível atingir essa meta. O principal empecilho parte da Justiça, que concedeu uma série de liminares a sindicatos impedindo a companhia de avançar nas negociações.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/11/2018

Seção: Política

Autor: Lucas Valença/ Hamilton Ferrari

Título: Esplanada pode ter 23 ministérios

O anúncio, ontem, de três novos nomes para ocupar ministérios — do Desenvolvimento Regional, da Cidadania e do Turismo —, no próximo governo, elevou para 19 o número de representantes na Esplanada. Inicialmente, a intenção do presidente eleito, Jair Bolsonaro, era reduzir para 15 a quantidade de pastas, que soma hoje 29, o que não se concretizou. Ainda restam áreas a serem preenchidas, o que fazer com que se chegue a 23 ministérios.

O deputado Osmar Terra (MDB-RS), que foi ministro de Desenvolvimento Social do governo de Michel Temer, assumirá o Ministério da Cidadania. Bolsonaro também indicou um representante do próprio partido para comandar o Ministério do Turismo. O ocupante do cargo será o deputado federal Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG). O terceiro nome divulgado é o de Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto, servidor efetivo do Ministério do Planejamento. Ele será responsável pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Os anúncios foram feitos no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde ocorrem os trabalhos da equipe de transição do governo.

Apesar da promessa do presidente eleito, a mudança deve ser menos drástica do que o esperado. A contagem engloba o Banco Central e a Advocacia-Geral da

União (AGU), que têm status de ministério. Há indefinições ainda sobre outras pastas, como Meio Ambiente, **Minas e Energia**, Direitos Humanos e Trabalho. Segundo Bolsonaro, os anúncios devem ser feitos na próxima semana, o que representa novo recuo do futuro governo, pois o compromisso era de divulgação de todos os nomes ainda neste mês.

Durante a tarde de ontem, dezenas de parlamentares foram ao CCBB defender nomes para ocupar as novas pastas. A escolha de Álvaro Antônio foi negociada com a Frente Parlamentar em Defesa do Turismo, da qual faz parte. A ideia é que ele utilize o cargo para ajudar a criar “emprego e renda”. “Vai buscar desenvolver esse círculo de comércios e negócios tão virtuoso em que o Brasil possui grandes oportunidades”, afirmou Onyx Lorenzoni, futuro chefe da Casa Civil.

O representante do Turismo é o segundo ministro filiado à legenda do presidente a ser anunciado para um cargo na Esplanada, seguido do futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno. O PSL reivindicava maior espaço no governo. Álvaro Antônio, no entanto, se disse representante da frente parlamentar que o indicou. “(Minha indicação) Não contempla nenhum partido e nenhum estado”, enfatizou.

Articulação

Já o nome do deputado Osmar Terra, para o Ministério da Cidadania — que reúne Desenvolvimento Social, Esportes e Cultura —, foi articulado, segundo Lorenzoni, com mais de 60 deputados federais. Terra disse ter sido indicado por representantes da “assistência social, das pessoas com doenças raras, da primeira infância e dos idosos”, confirmou.

Terra explicou que não será responsável pela área de Direitos Humanos, mas esclareceu que a pasta deve ser criada e poderá ter o nome alterado. Mesmo assim, informou que vai procurar ressaltar as políticas públicas voltadas para as camadas mais vulneráveis. “Metade da população brasileira ganha menos de um salário mínimo per capita, então, isso exige políticas específicas para ajudar”, argumentou.

A junção das pastas que vão formar o Ministério do Desenvolvimento Regional foi destacada por Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto como uma necessidade. “Vamos unir, finalmente, as políticas nacionais de desenvolvimento regional e de desenvolvimento urbano.”

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 29/11/2018**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Chesf testa usina solar com painéis flutuantes

Sobradinho (BA) — Com investimento de R\$ 56 milhões, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) desenvolve um projeto pioneiro que promete ser referência em geração de energia solar, com painéis fotovoltaicos flutuantes em reservatórios de hidrelétricas. Por enquanto, a iniciativa, implementada no lago da barragem da usina de Sobradinho, no interior da Bahia, ainda está em testes e funciona com uma única plataforma, com 7,3 mil módulos de placas solares, área total de 10 mil metros quadrados e capacidade de gerar 1 megawatt-pico (MWp). A Usina Flutuante Fotovoltaica deve entrar em operação em dezembro. No ano que vem, serão instaladas mais quatro plantas. Ao todo, as cinco unidades produzirão 5 MWp, energia suficiente para abastecer cerca de 20 mil casas populares.

Ontem, o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, visitou a usina e disse que o atual modelo centralizado do setor energético brasileiro não beneficia o consumidor. Segundo ele, é preciso diversificar as fontes para buscar energia mais barata. “Temos de aumentar a produção de energia. Se não tivéssemos tido a maior crise econômica da história, teríamos apagão. Se o país crescer a uma taxa de 2,5% ao ano, vai faltar energia”, alertou. Por isso, é preciso avaliar novos modelos de geração. “O atual gera uma das energias mais caras do mundo. O consumidor brasileiro precisa pagar menos”, afirmou.

O projeto da Chesf tem o objetivo de pesquisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de plantas flutuantes em reservatórios de hidrelétricas e avaliar a eficiência da tecnologia fotovoltaica resfriada naturalmente pela água, uma vez que as placas perdem eficiência sob forte calor. Também serão avaliados os impactos no meio ambiente e nas atividades de pesca e navegação na represa.

Para modernizar o setor elétrico, é necessário que se faça muita pesquisa e desenvolvimento (P&D), disse o ministro. “Temos que diversificar nossas fontes, buscar energia solar, eólica e hídrica. Usar termelétricas a gás, biocombustível. Temos que aproveitar que, no Nordeste, há muito sol e vento, que são fontes de energia mais baratas”, destacou.

O presidente da Chesf, Fábio Alves, explicou que a companhia vai investir R\$ 420 milhões em P&D até 2023, com foco no avanço dos estudos de tecnologias em geração solar e projetos de inovação. “A Chesf tem 100% do seu parque de

energia limpa e renovável. Além das hidrelétricas, há investimento em transmissão. A companhia está expandindo seu parque eólico e desenvolve projetos de pesquisa em energia solar, como a planta flutuante”, disse.

*** A repórter viajou a convite do MME**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/11/2018

Seção: Economia

Autor: Paula Pacheco

Título: BP começa a investir em energia solar no Brasil

São Paulo — Além da terra e do mar, a BP quer extrair lucro também do céu brasileiro. A empresa britânica anunciou ontem o início da operação no país, até o fim do ano, da sua subsidiária Lightsource. Esse braço de negócios é dedicado ao financiamento e à execução de projetos de energia solar, é líder nesse tipo de negócio na Europa e passou a fazer parte do portfólio da gigante britânica no final de 2017, por meio da aquisição de 43% das ações.

A favor do Brasil, suas condições climáticas. Mas não é só. O país faz parte do grupo de economias emergentes que ainda representam um bom potencial de crescimento no consumo de energia. Cálculos apresentados por Spencer Dale, economista-chefe do Grupo BP, apontam para uma expansão de demanda energética de 60% até 2040.

“A participação de energias renováveis deve crescer até 47% graças a um importante aumento em energia solar, eólica, hidrelétrica e a duplicação do uso de biocombustíveis”, avalia Mario Lindnhayn, principal executivo da BP no Brasil.

Até agora, a BP vinha operando na exploração de petróleo e gás natural, produção de lubrificantes e biocombustíveis, além de atuar na distribuição de combustíveis de aviação e marítimos. Segundo Lindnhayn, o objetivo é manter a diversificação nos projetos de energia no Brasil. “O mercado de fonte eólica teve um crescimento muito relevante. O solar vem se desenvolvendo. Por isso, a BP se posiciona e se organiza para identificar oportunidades”, afirma.

A companhia não fala quanto pretende investir no país – o primeiro na América Latina a ter os negócios da Lightsource BP – e qual é a previsão de projetos para os próximos anos. Informa apenas que o Brasil “representa uma oportunidade significativa para o crescimento futuro da LSBP devido à sua perspectiva macro,

mercado de energia desregulamentado, múltiplos incentivos para a implantação de energias renováveis, bem como a posição estratégica da BP no país.”

A operação de exploração de petróleo e gás natural é a mais representativa para a BP no Brasil. Atualmente, a companhia detém 21 concessões de exploração de petróleo e gás natural no país, em quatro bacias geológicas. Segundo Dale, a operação na Bacia de Santos (no litoral paulista) é uma das mais “empolgantes”. Isso acontece, segundo o economista, porque o custo da operação é baixo.

Com a entrada em operação da nova divisão de negócios, a previsão da companhia é diminuir o impacto ambiental que tem com a área de petróleo. Segundo o economista-chefe, o projeto da BP é alcançar uma combinação de energias renováveis no mix de projetos para ter no futuro uma baixa pegada de carbono.

“Vamos continuar investindo em petróleo e gás, mas olhando para a energia renovável. A demanda global de energia vai continuar crescendo de 20% a 30% até 2040, e boa parte desse desempenho virá das economias emergentes. Os países da OCDE deverão continuar com uma demanda estável”, diz Dale. Por outro lado, mercados como o da China, Índia e outras economias do Sudeste Asiático deverão apresentar taxas bem expressivas de crescimento.

No Brasil, a Lightsource BP atuará no desenvolvimento de projetos de energia solar e na formatação de soluções de armazenamento de energia para os setores doméstico, comercial e industrial. Com isso, diz a companhia, os consumidores poderão acessar suas próprias fontes de energia renovável a um custo menor. Também está nos planos atender a pequenas e médias empresas com projetos solares. A expansão deverá contar com a parceria de desenvolvedores regionais.

Em nota, Nick Boyle, CEO da Lightsource BP, destacou a facilidade com que esse tipo de projeto é implementado: “Nós pretendemos potencializar nossa expertise em financiamento e oferecer uma ampla gama de serviços para desempenhar um papel de destaque no desenvolvimento da energia solar no Brasil.”

Quem é a Lightsource BP

Criada em 2010, a Lightsource é líder global na aquisição, financiamento, desenvolvimento e gerenciamento de projetos de energia solar. Passou a ser chamada de Lightsource BP depois da aquisição por parte da gigante do setor de energia de 43% das ações. Hoje é a maior empresa no segmento na Europa. A companhia atua na Europa, com cerca de US\$ 3 bilhões investidos em

aproximadamente 2GW de projetos. Atualmente, a operação está espalhada por sete escritórios, em quatro continentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Conta de luz volta à bandeira verde em dezembro

Após oito meses, a bandeira tarifária deverá voltar à cor verde, ou seja, sem cobrança adicional na conta de luz dos consumidores brasileiros, em dezembro. A expectativa é de executivos, especialistas e autoridades do setor elétrico ouvidos pelo **Valor**, baseados principalmente no intenso volume de chuvas observado em novembro e previsto para dezembro, o primeiro mês do período chuvoso.

A estimativa mais atual do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para o volume de chuvas para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste - que concentra 70% da capacidade de armazenamento de água para geração de energia do país - em novembro é de 29% acima da média histórica para o período. O número final de novembro e a primeira projeção oficial para dezembro serão divulgados hoje.

Pelo modelo computacional utilizado pelo órgão, o volume de chuvas das últimas semanas influencia as previsões para as semanas seguintes. Por esse motivo, algumas comercializadoras de energia já trabalham com a possibilidade de o preço de liquidação das diferenças (PLD), o preço spot de energia, chegar ao piso regulatório, de R\$ 40,16 por megawatt-hora (MWh), na próxima semana, pela primeira vez desde março de 2016. Naquele ano, o piso regulatório do PLD era de 30,25/MWh. O valor atual do PLD é de R\$ 101,71/MWh.

De acordo com projeções da comercializadora Comerc, a média do custo marginal de operação (CMO), indicador que baliza o cálculo do PLD, previsto para dezembro no Sudeste é de R\$ 84/ MWh. Para janeiro, a previsão é de R\$ 65/MWh, com trajetória de queda até maio, no fim do período chuvoso, com R\$ 38/MWh.

A companhia prevê que o nível dos reservatórios do Sudeste/ Centro-Oeste alcance 22,8% no início de dezembro, assumindo trajetória de alta até maio, com expectativa de encerrar o período chuvoso com 79,5% de estoque. A

previsão de chuvas da Comerc para dezembro é que fique 8% acima da média histórica para o mês no Sudeste/Centro-Oeste.

As projeções da comercializadora Máxima Energia vão na mesma linha. "Também projetamos bandeira verde em dezembro. O cenário hidrológico melhorou muito. O mês de novembro foi decisivo. E as chuvas devem ficar dentro da normalidade em dezembro", afirmou o presidente-executivo da empresa, Rafael Bispo.

Para a comercializadora Safira Energia, o volume de chuvas previsto para dezembro também deve influenciar a bandeira verde. O único ponto de preocupação para os próximos meses é o aumento da temperatura, que pode provocar um crescimento mais acentuado do consumo de energia. "Os reservatórios não estão mais deplecionando [perdendo volume] e o solo está mais úmido. Mas o aumento da temperatura pode prejudicar esse cenário", explicou Gabriella Sales, analista da Safira Energia.

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, também afirmou, em recente evento do setor elétrico, no Rio, que não descartava a possibilidade de bandeira verde em dezembro, mas que a definição da cor é uma atribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e leva em consideração outros fatores além do CMO, como o GSF (sigla em inglês para o fator de ajuste da garantia física das hidrelétricas).

Segundo o executivo, o período de chuvas começa "bastante promissor". Para o operador, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste podem chegar ao fim de abril com 50% a 60% de armazenamento.

A comercializadora Ecom Energia também prevê que o cenário positivo para dezembro se estenda para os próximos meses. "Temos expectativa de bandeira verde em dezembro e no início do ano que vem. Enxergamos bandeira verde permanecendo por uns três, quatro meses. Já vemos PLD a R\$ 100/ MWh em dezembro e temos também uma expectativa de melhora do GSF com a recuperação das chuvas", disse Rafael Bozo, analista regulatório da Ecom Energia.

A consultoria Thymos Energia também projeta um GSF próximo de 100% em dezembro. "O GSF deve ficar em 93% em dezembro. Então, isso projeta uma bandeira verde sem muitas surpresas", disse Daniela Souza, consultora da Thymos.

Um pouco mais cautelosa, a comercializadora Delta Energia projeta um mês de dezembro favorável, mas indica que ainda não é possível saber se o cenário permanecerá neste nível nos próximos meses do período úmido. "Temos uma

visão para o início de dezembro, mas não sabemos se vai se manter. A média de longo prazo de janeiro da hidrologia é muito alta, se as afluições ficarem um pouco menores, pode ser que o preço suba", afirmou Débora Mota, gerente de gestão de clientes da Delta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Política

Autor: Fernando Exman e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Grupo militar e equipe econômica disputam Minas e Energia

Alvo de uma intensa negociação de bastidores, a nomeação para o comando da pasta de **Minas e Energia** continua na lista de pendências do presidente eleito Jair Bolsonaro, que prometeu uma definição para a semana que vem.

Na equipe de transição, um grupo de militares liderados pelo futuro vice-presidente, general Hamilton Mourão, encampou o nome preferido do setor privado e passou a defender a indicação de Paulo Pedrosa. Ex-secretário-executivo do ministério, ele é filho de militar.

A futura equipe econômica, no entanto, teria a preferência por Luciano Castro, especialista da área e que estava lecionando no exterior até retornar ao país recentemente.

O nome de Adriano Pires, economista e também especialista no setor, também é citado entre os frequentadores do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede da transição de governo. Sua nomeação é advogada por políticos do MDB e do DEM.

Outro nome com trânsito no Congresso foi debatido: o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Com atuação no setor, ele não conseguiu se reeleger em outubro. Teria boa interlocução com o Parlamento, mas seu nome perdeu força depois que o outros ministros filiados ao DEM foram confirmados.

Segundo fontes da equipe de transição, porém, não se deve descartar a possibilidade de um outro nome correr por fora e ganhar a preferência de Bolsonaro. Isso ocorreu na nomeação de outros ministros, como no caso da Educação.

Além do ministério de Minas e Energia, Bolsonaro ainda tem pendentes outras indicações, como a do Meio Ambiente. O presidente eleito tem tido dificuldade de escolher um nome que seja alinhado com seu pensamento, muito ligado ao

da bancada ruralista, que a política ambiental "não pode atrapalhar o desenvolvimento".

Em outro flanco da montagem do governo Bolsonaro, o futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, negou que tenha feito algum tipo de convite ao atual diretor-geral da Polícia Federal, Rogério Galloro.

Na semana passada, ao anunciar Maurício Valeixo para a direção-geral da Polícia Federal (PF), o juiz disse que gostaria de contar com Galloro em algum posto da pasta. **(Colaboraram Marcelo Ribeiro e Fabio Graner)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Política

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Guedes defende 'desindexação total' para zerar déficit, se não tiver reforma

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, cogita patrocinar uma proposta de emenda constitucional (PEC) que permita ao governo de Jair Bolsonaro congelar gastos com Previdência, abono salarial, seguro desemprego, como forma de cumprir a promessa de zerar o déficit público brasileiro.

Essa "solução para resolver tudo", termo cunhado pelo próprio Guedes, tem sido apresentada por ele em reuniões com a equipe de transição e com integrantes do atual governo. Guedes tem cogitado essa medida mais forte diante de dificuldades da aprovação, pelo Congresso, da reforma da Previdência e do projeto que trata da cessão onerosa de campos de petróleo, que traria ao governo uma arrecadação extra estimada em US\$ 100 bilhões.

Ontem Guedes apresentou a ideia durante reunião com no Palácio do Planalto, da qual também participaram o presidente Michel Temer, o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o atual, Eliseu Padilha, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, **Moreira Franco**, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE).

Esse encontro era para tentar um acordo em torno do projeto da cessão onerosa, que acabou não ocorrendo por conta sobretudo da dificuldade de definir como partilhar os recursos do futuro leilão com Estados e municípios.

Assim como em outras reuniões, Guedes disse aos participantes que se não houver uma solução para o déficit "que venha por bem, nós vamos de outro jeito". A ideia, segundo Guedes, é "desvincular, desindexar e desobrigar" todos

os gastos. Ou seja, algumas despesas com reajuste automático, caso das pensões e aposentadorias, dos salários do funcionalismo ou benefícios como o seguro desemprego deixariam de ter correção automática pela inflação. O problema é que isso também não depende só da vontade do governo, demandando aval do Congresso.

Guedes acredita que, com o congelamento de gastos que a medida permitiria, seria possível reverter o déficit, em um cenário de crescimento econômico de 2% a 3% e inflação em torno de 4%, impactando positivamente a receita.

Para que a ideia vingue, Guedes crê que seria necessária a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) pelo Congresso Nacional. Atualmente, isso é inviável por conta da intervenção militar no Rio. Entretanto, Guedes acredita que o governo Temer possa levantar a intervenção para votar a PEC, caso a ideia empolgue outros atores políticos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Pequenas hidrelétricas questionam custo da geração eólica para o país

Investidores em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) enviaram questionamento à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o custo para os consumidores e o sistema elétrico brasileiro da operação intermitente de parques eólicos no país. Em documento enviado à autarquia, a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), que reúne os investidores em PCHs, solicitou que a agência calcule o custo real global de cada fonte de energia.

"Tal cálculo se faz necessário visto que, atualmente, o cenário da geração de energia elétrica no Brasil é fortemente influenciado pela intermitência da fonte eólica que, para ser suportada sem danos de suprimento ao consumidor final, gera custos ao mercado", informou a Abragel no documento à Aneel, ao qual o **Valor** teve acesso.

No último leilão de energia nova, em agosto, as pequenas usinas negociaram dez projetos, contratando 61,29 megawatts (MW) médios, ao preço de R\$ 195 por megawatts-hora (MWh). As eólicas, por sua vez, negociaram 24 empreendimentos, somando 385,5 MW médios, com valores entre R\$ 87/MWh e R\$ 94/MWh.

Segundo a Abragel, os custos adicionais proporcionados pelas eólicas não são precificados nos leilões de energia e são arcados pelo consumidor final e por geradoras hidrelétricas. No caso do consumidor, ele paga o custo do óleo combustível e do diesel consumidos por térmicas para gerar energia, quando a produção eólica cai. Já as hidrelétricas precisam manter suas máquinas rodando mesmo sem produzir energia, para serem acionadas imediatamente nos momentos em que o vento diminui, e não são ressarcidas por isso.

Citando esses fatores, a Abragel solicitou a Aneel que "calcule, para fins de transparência ao mercado, o valor real da energia das fontes alternativas renováveis, considerando seu preço de leilão adicionado de todos os custos necessários para compensar o efeito da intermitência e outras influências que por ventura incidirem sobre o SIN [Sistema Interligado Nacional]".

De acordo com o presidente executivo da Abragel, Ricardo Pigatto, o consumidor hoje pode estar pagando um custo implícito na fonte eólica sem saber.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que ainda vai avaliar o pedido da Abragel. Segundo ele, até o momento, não há nenhuma ação definida para ser tomada. Ele, no entanto, admitiu haver subsídio cruzado relativo a diversas fontes de energia e que é possível calcular as externalidades delas.

"É importante que as fontes compitam pelo preço sem subsídios cruzados. É desejável que a energia tenha o custo real da fonte valorada de forma certa. Hoje, de fato, está acontecendo, de certa maneira, digamos assim, um subsídio cruzado com diversas fontes", afirmou Pepitone. "É possível calcular as externalidades, mensurar de fato a necessidade de despacho térmico para fazer equilíbrio para a fonte eólica, sobretudo no Nordeste, onde há grande concentração de eólicas", completou ele.

A presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, disse que o país precisa de fato fazer uma discussão sobre o modelo de contratação de fontes de energia, mas que esse trabalho tem que ser feito de forma ampla e não como um "remendo". Segundo ela, é preciso considerar todas as externalidades de cada fonte, as positivas e as negativas.

"Um pedido dessa ordem [da Abragel] é para que se calcule um atributo, sem calcular todos. A eólica está salvando o Nordeste do racionamento [de energia] desde 2013", disse a executiva.

Ela acrescentou que o questionamento feito pelos investidores em PCHs é um "falso problema", já que, desde 2013, os leilões de energia são por fonte. "No

leilão, a PCH tem que estar preocupada com outra PCH e não com uma eólica", completou Elbia.

De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em 18 de novembro, a fonte eólica atingiu recorde de geração instantânea no Nordeste, produzindo 8.920 MW, às 9h11 daquele dia. Na ocasião, a produção eólica superou em 4% a carga total do subsistema nordestino, tornando a região exportadora de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Rita Azevedo | De São Paulo

Título: Petrobras acerta cessão de campos para Perenco e 3R

A Petrobras acertou a cessão de sua participação total em três campos de águas rasas da Bacia de Campos e de outros 34 campos de produção terrestre na Bacia Potiguar para a franco-britânica Perenco e a brasileira 3R Petroleum, respectivamente, por um valor total de US\$ 823,1 milhões.

Com a Perenco, segundo fato relevante encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foram assinados ontem os contratos de cessão de 100% da fatia da estatal nos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho, o chamado Polo Nordeste, na costa do Rio de Janeiro.

O valor da transação é de US\$ 370 milhões, dos quais 20% (ou US\$ 74 milhões) na assinatura e a diferença no fechamento da operação, que está sujeita a determinadas condições precedentes, entre as quais a aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a obtenção de novas licenças de operação pelo Ibama.

A Perenco começa a operar os três campos a partir do fechamento da transação, que integra o Programa de Parcerias e Desinvestimentos da Petrobras.

O sistema de produção desses campos, conforme a estatal, é integrado e formado por sete plataformas, que produzem atualmente cerca de 9 mil barris de petróleo por dia, exportados pela plataforma de Garoupa (PGP-1) e transportados em oleoduto até o terminal de Cabiúnas, no continente.

Já a cessão da participação total da Petrobras em 34 campos de produção terrestres na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte, para a 3R Petroleum foi

aprovada ontem pelo conselho de administração da petroleira. O valor da transação é de US\$ 453,1 milhões, dos quais 7,5%, ou US\$ 34 milhões, pagos na assinatura do contrato, prevista para 7 de dezembro, e o restante no fechamento da transação.

As 34 concessões englobam campos maduros, em produção há mais de 40 anos e foram reunidos em um único pacote, Polo Riacho da Forquilha, com produção atual de 6 mil barris de petróleo por dia.

A Petrobras detém 100% das concessões, com exceção dos campos de Cardeal e Colibri, nos quais a fatia da estatal é de 50% de participação e a Partex é operadora com os outros 50%, e os campos de Sabiá da Mata e Sabiá Bico-de-Osso, onde a estatal tem 70% de participação e a Sonangol é operadora com uma fatia de 30%.

Com os US\$ 11,5 bilhões já realizados em desinvestimentos no atual ciclo (2017-2018), os negócios anunciados ontem levam a cifra para US\$ 12,3 bilhões. Em entrevista coletiva de anúncio do resultado no terceiro trimestre, no início do mês, executivos da estatal informaram que estavam previstos mais US\$ 2 bilhões em vendas de ativos no quarto trimestre. Com isso, a expectativa é que o plano de venda de ativos encerre o ano com US\$ 13,5 bilhões, abaixo, porém, da meta de US\$ 21 bilhões. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Cemig mantém plano de venda da Light

A Cemig mantém o plano de vender sua participação, integral ou total, na Light, mesmo com o recente fracasso na negociação para a oferta subsequente na elétrica fluminense. A ideia, segundo o diretor de Finanças e Relações com Investidores, Maurício Fernandes Leonardo Júnior, é voltar a negociar com fundos interessados em ancorar a operação.

"Trabalhamos fortemente na [venda da] Light, mas não deu certo momentaneamente. A Light já está preparada para o passo seguinte. Nada está descartado. Pequenas questões que estão na mesa ainda podem voltar", disse ontem o executivo, em teleconferência com analistas e investidores sobre o resultado da Cemig no terceiro trimestre.

Na ocasião, técnicos da Cemig deram explicações sobre o insucesso da oferta subsequente. Segundo eles, todos os trâmites na Light foram aprovados, como a mudança no estatuto e a autorização para o aumento de capital. O impasse, porém, ocorreu na definição do preço da operação. Segundo eles, não houve acordo sobre o preço, em função da diferença de expectativas entre as partes.

A negociação contava com a ancoragem de parte da oferta por fundos de investimento liderados pela GP Investments. Segundo Leonardo Júnior, existe a possibilidade de os mesmos fundos continuarem negociando.

Sem a efetivação da oferta subsequente, a Cemig buscou outro plano para reduzir sua participação na Light para menos de 50% e evitar a estatização da companhia fluminense, devido ao cumprimento de opção de venda de papéis da empresa exercida por bancos contra a elétrica mineira.

A Rio Minas Energia Participações (RME), veículo do qual a Cemig tem 75% participação, vendeu na terça-feira 4,35 milhões de ações da Light, que representam 2,13% do capital social da elétrica fluminense, por R\$ 64,5 milhões. Assim, a participação da estatal mineira na Light caiu para 49,9%.

Segundo o executivo, o plano de desinvestimentos da Cemig continua em andamento. Ele acrescentou que a companhia já reduziu seu nível de endividamento, mas afirmou que "não estamos satisfeitos ainda".

A Cemig reapresentou na terça-feira as informações referentes aos segundo e terceiro trimestres de 2018, devido à divergência na contabilização da amortização de ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de valores de itens da parcela A (CVA) e outros componentes aprovados na última revisão tarifária da Cemig Distribuição. Assim, o lucro da Cemig no terceiro trimestre passou de R\$ 95,5 milhões para R\$ 244,5 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Odebrecht prepara reestruturação de dívida de R\$ 40 bi

O grupo Odebrecht se prepara para iniciar um processo amplo de reestruturação de suas dívidas, que somavam R\$ 90 bilhões, em valores brutos ao fim de 2017. A discussão, contudo, será restrita aos grandes bancos nacionais e aos detentores de bônus garantidos pela construtora - o que representa cerca

de R\$ 40 bilhões. O trabalho não afetará as controladas Braskem, o maior negócio atualmente, nem a Ocyan, nem as dívidas bancárias fora do Brasil.

O plano inicial é realizar negociações privadas, preferencialmente sem recorrer a uma recuperação judicial - o que dependerá também do comportamento das próprias instituições nas conversas. Do total devido, perto de R\$ 30 bilhões são com grandes bancos brasileiros, já excluídos os vencimentos da companhia petroquímica, que tem uma vida operacional e financeira independente do grupo controlador.

Não há nesse momento nenhum desenho já pronto sobre o resultado final esperado para essa renegociação. O objetivo é que os compromissos sejam adaptados, em volume e condições, ao tamanho de cada negócio ao qual estão relacionados.

Para auxiliar nesse plano, o grupo contratou a RK Partners, de Ricardo Knoepfelmacher. A assessoria financeira, especializada em reestruturação de companhias, atuará diretamente na controlada sucroalcooleira Atvos, que possui R\$ 12 bilhões em dívidas, e na empresa de empreendimentos imobiliários OR, que tem R\$ 2,9 bilhões em compromissos. A RK também atuará na holding Odebrecht S.A. (ODB) para coordenação das discussões, uma vez que a controladora concedeu avais e garantias a suas subsidiárias.

A ODB deve instalar nesta semana um Comitê Financeiro para assessorar o conselho de administração no acompanhamento desses esforços, que será coordenado pelo novo integrante do colegiado João Nogueira Batista. A holding também tem um novo diretor financeiro, Marco Rabello, que antes pertencia aos quadros da OEC.

Com exceção da Braskem e da Ocyan, que teve sua dívida de US\$ 5 bilhões já reestruturada, os demais negócios do grupo estão em default ou com bancos ou com fornecedores. Daí a necessidade de organizar os processos, em busca de "uma solução estruturante", conforme o que o grupo tem dito aos bancos.

Em 2017, a ODB teve receita bruta de R\$ 82 bilhões, com Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 17 bilhões.

Desde 2016, a ODB tem um programa de venda de ativos aberto, com meta de R\$ 12 bilhões. Desse total, R\$ 7,4 bilhões foram concluídos, com redução da dívida em cerca de R\$ 10 bilhões. Os compromissos do grupo passavam de R\$ 100 bilhões quando foi atingido pela Operação Lava-Jato.

A holding está perto de fechar acordos para concluir a venda de Chaglla, no Peru, por US\$ 1,4 bilhão, e da usina de Santo Antônio, que pode render, de imediato, R\$ 1,3 bilhão. Com a reestruturação, a companhia quer evitar

consumir tudo que arrecada pagando dívidas bancárias apenas, como fez nos últimos anos. O objetivo é conseguir estar estruturada para o que espera ser um novo ciclo de crescimento do país.

O entendimento de pessoas próximas à Odebrecht é que o grupo decidiu que era o momento de dar foco às questões financeiras, após resolver os temas ligados à gestão e governança e aos acordos de leniência necessários à liberação, em especial, da OEC para contratação em novas obras. A discussão para renegociação da dívida de US\$ 3 bilhões da construtora com títulos emitidos fora do Brasil, cuja largada foi dada na segunda-feira, ocorrerá de forma paralela às conversas com os bancos.

Em maio, a Odebrecht sofreu críticas por consumir seu principal ativo, a Braskem, para obter R\$ 2,6 bilhões em dinheiro novo para sanar dívidas de suas controladas. No começo de 2018, o plano do grupo era obter R\$ 3,1 bilhões em dinheiro novo. Fonte ligada à empresa afirma que o grupo não desistiu de buscar o volume total pretendido.

BNDES, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander têm em garantia todas as ações da Braskem, detidas pela Odebrecht, desde 2016. Após o acordo de maio com as instituições, pouco mais de R\$ 12 bilhões são dívidas, dos mais variados negócios, garantidas com a petroquímica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Benedict Mander e Rachel Sanderson | Financial Times, de Buenos Aires e Milão

Título: Indiciamento de Rocca, do grupo Techint, derruba ações da Tenaris

O indiciamento de Paolo Rocca, o bilionário executivo-chefe da Tenaris, fez as ações da fabricante de tubos de aço negociadas em Milão caírem ontem 8%, na esteira das investigações conhecidas como os "cadernos das propinas", que continuam a sacudir o establishment argentino.

Rocca, um argentino-italiano cuja família é dona de 60% da Tenaris como parte de um grupo siderúrgico da família ainda maior, foi indiciado na terça-feira por Claudio Bonadio, o juiz argentino que investiga o escândalo.

O executivo é acusado de fazer parte de uma associação ilícita liderada por Cristina Fernández de Kirchner, a ex-presidente populista, sendo julgada por corrupção em seis casos federais separados.

O documento de denúncia, de 127 páginas, acusa Rocca de subornar ex-funcionários do governo em 2008 para ajudar a Sidor, uma empresa-irmã da Techint, ambas pertencentes ao Grupo Techint, liderado por Rocca. A siderúrgica Sidor, localizada na Venezuela, estava ameaçada de expropriação pelo governo socialista do então presidente Hugo Chávez.

O indiciamento chega depois de Rocca, cujo patrimônio líquido em conjunto com o irmão é estimado em cerca de US\$ 4 bilhões, ter testemunhado sobre um dos diretores da empresa, Luis Betnaza, que admitiu ter pago pelo menos US\$ 1 milhão a ex-funcionários governamentais para tentar evitar a expropriação da Sidor.

Rocca disse que "não [tinha] conhecimento na época" dos pagamentos, de acordo com a documentação do juiz Bonadio, citada pela mídia argentina, uma argumentação que o juiz rebateu como impossível dada a alta posição dele no grupo. "Não é crível que ele não tinha conhecimento dos pagamentos aos quais Betnaza se referiu", escreveu o juiz Bonadio, dizendo que Rocca "participou das negociações [dos pagamentos ilegais] que foram feitos".

Os pagamentos estão entre as centenas de supostas propinas pagas por empresas de construção, de energia e grupos de infraestrutura para membros do governo de Cristina, que foi indicada no caso em agosto. Ela nega as acusações.

A investigação, que ameaça derrubar nomes importantes do establishment argentino, ficou conhecida como "cadernos das propinas", depois da descoberta de uma série de diários pertencentes ao motorista de um ex-vice-secretário de planejamento, que mantinha registros de nomes, quantias, endereços e datas ligados a supostas propinas pagas a autoridades do governo entre 2005 e 2015.

Com similaridades à ampla investigação contra a corrupção da Lava-Jato no Brasil, o caso implicou diversas empresas argentinas, com um diretor da Techint, Héctor Zabaleta, que aceitou um acordo de admissão de culpa neste ano. Embora nenhuma autoridade do governo de Mauricio Macri tenha sido implicada, Angelo Calcaterra, primo do líder reformista e ex-dono da empresa de construção Iecsa, também aceitou um acordo de admissão de culpa neste ano.

A Tenaris confirmou o indiciamento de Rocca em comunicado divulgado na noite de terça e destacou ter sido informada de que o juiz emitiu uma opinião preliminar incluindo o presidente do conselho de administração e executivo-chefe da Tenaris no processo.

"O conselho de diretores da Tenaris vem monitorando a situação em consulta com seus assessores jurídicos e, depois de avaliar a decisão adotada pelo juiz, confirmou Rocca como presidente do conselho de administração e executivo-chefe da companhia. O conselho instruiu Rocca a continuar exercendo suas responsabilidades com pleno apoio do conselho", destacou o comunicado. Nos negócios no fim do pregão, na sessão desta quarta-feira, caíram 7,08%, cotadas a € 10,90.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: BP aposta em geração solar no país

O Brasil não "compete" por investimentos em energias renováveis e em exploração de petróleo e gás da BP, pois a companhia vê os segmentos como operações "complementares" no país, disse Spencer Dale, economista-chefe da companhia. "Estamos muito empolgados com biocombustíveis, aumento de eficiência, exploração e produção de petróleo, gás e energias renováveis", disse Dale, citando a Lightsource BP, braço de desenvolvimento de energia solar lançado ontem no país.

Segundo ele, há uma combinação entre os esforços de produção no país. "A BP não é uma empresa de petróleo, mas sim de energia", afirmou. "Estamos investindo em óleo e gás porque o mundo precisa disso, mas também estamos olhando outras fontes", disse.

"O ponto focal aqui é diversidade. Investimentos na exploração de óleo e gás, temos atividade de biocombustíveis, olhamos outras fontes que o Brasil oferece grandes oportunidades. O mercado da fonte eólica teve crescimento muito relevante. Solar vem se desenvolvendo. É por isso que a BP se posiciona, estamos nos organizando para identificar oportunidades", disse Mario Lindenhayn, diretor-geral da BP no Brasil.

Em relação às expectativas para a economia brasileira, Dale lembrou que a reação do mercado ao resultado das eleições deste ano tem sido muito positiva. "Temos visto um 'rally' positivo, que é consistente com as esperanças que as pessoas têm", afirmou.

MME / ASCOM .